

## **Para além fronteiras: as redes trans, extra e intrainperiais na segunda metade do século XVIII, Brasil, Portugal e Inglaterra<sup>#</sup>**

*Fábio Pesavento\**

### **INTRODUÇÃO**

A crescente interligação mercantil dentro das “fronteiras” do império ultramarino português ao longo do século XVIII parece nítida em diversos estudos contemporâneos (FRAGOSO, 2006; 2007). Sabe-se do aumento exponencial do intercâmbio comercial entre as diferentes praças do Atlântico luso, assim como do papel ativo de diversos agentes através de redes de negócios. Porém, a maioria dos estudos restringe-se a transações dentro dos limites geográficos e políticos do ultramar português.

Por que não expandir a análise dos negócios envolvendo o império ultramarino português através do estudo da sua fronteira com diferentes impérios? O que se pode afirmar sobre a crescente interligação entre os diferentes impérios ultramarinos, ou seja, o que se pode apontar sobre as diferentes transações ocorridas entre os impérios britânico e português na segunda metade do setecentos? Além de conceituar estas diferentes redes de negócios, pretende-se mostrar alguns exemplos das redes atuantes na praça do Rio de Janeiro durante a segunda metade do século XVIII. Nesse sentido, apontar os principais agentes, suas agências, produtos, valores e demais instituições envolvidas.

Diante do volume de transações compreendidas em tais redes de negócios, a visualização desse movimento requer uma prévia conceituação. Com base em ampla pesquisa documental primária, foram identificadas três dimensões básicas de interação de redes: transimperial, extraimperial e intrainperial (PESAVENTO & PRADO, 2009). Por redes transimperiais, entende-se transações que envolvem agentes de diferentes impérios (português e britânico). As redes transimperiais podem ser divididas em duas: extra-imperial, que se dá entre dois impérios e a intrainperial que opera dentro dos limites de um império.

O presente artigo foi dividido em três partes. Primeiramente, pretende-se apresentar o que se entende por redes trans, extra e intrainperiais. Em seguida mostram-

---

<sup>#</sup> Parte da tese de doutorado apresentada no PPGE-UFF (Niterói-Brasil) em fevereiro de 2009.

<sup>\*</sup> Professor da ESPM/RS, doutor em economia pela UFF, [fpesavento@espm.br](mailto:fpesavento@espm.br).

se exemplos daquelas redes e seus principais operadores finalizando com uma breve conclusão.

## **2. As redes trans, extra e inraimperialis: os estrangeiros operando no Rio de Janeiro durante a segunda metade do XVIII**

Nesta primeira parte do artigo apresenta-se o que se entende por redes trans, extra e inraimperialis. Parte-se da idéia de que a sociedade daquele tempo tinha uma exígua participação nas transações econômicas, pois se tratava de uma economia marcada por privilégios, com a existência de inúmeras barreiras à entrada, caracterizando um mercado “não competitivo”. Portanto, o que se presenciava, grosso modo, era o estabelecimento do jugo político sobre o econômico, caracterizando uma “economia não concorrencial”, de benefícios a setores ligados ao poder local ou metropolitano. Nesse sentido, as redes de negócios configuravam um elemento chave na realização e inserção dos agentes econômicos nos negócios do império ultramarino português.

O funcionamento de uma rede mercantil passava pela presença de confiança entre os agentes envolvidos. Assim, a confiança era um fator importante no momento de estabelecer negócios, tendo em vista as distâncias e o tempo envolvido em boa parte das transações entre diferentes impérios ultramarinos.

O comportamento da economia Atlântica durante o século dezoito mostra indícios claros do crescente volume de mercadorias, crédito e informações que cruzavam diferentes impérios durante o século dezoito (FRAGOSO, 2007). Esse movimento parece nítido, ao analisar-se a documentação primária coletada, na medida em que se percebeu a dimensão e o volume das transações que envolviam as fronteiras imperiais. Em razão disso, se faz necessária uma conceituação prévia das diferentes redes de negócio, a fim de obter-se uma sistematização das informações trabalhadas. Com base na amostra coletada, foram identificadas três dimensões básicas de interação de redes: transimperial, extraimperial e inraimperial (PESAVENTO & PRADO, 2009).

A utilização de trans como um prefixo é gravado no dicionário Merriam-Webster como algo situado dentro e fora de uma região específica, através de um fluxo que se passa e para além de um ponto específico. Assim, a utilização das redes transatlânticas engloba agentes que estão localizados dentro e fora de um determinado império, embora conectados. No presente estudo, esse tipo de relação pode ser exemplificado pelos comerciantes situados em Lisboa, com os parceiros comerciais em Londres e Rio de

Janeiro. Nada mais transimperial do que um negociante estrangeiro, operando em Lisboa, com negócios em diferentes partes do império ultramarino português, como o Rio de Janeiro. As redes transimperiais podem ser “quebradas” em duas categorias de análise: redes extraimperial e intrainperial.

Extrainperial refere-se à operação de aquisição de bens ou de informações fora de um império, enquanto intrainperial entende-se a operação de redistribuição desses bens e de informações para outras regiões, todas dentro de um mesmo império. Assim, uma operação entre Londres e Lisboa seria a parte da rede extraimperial, enquanto que a operação de reexportação dos produtos de Lisboa para o Rio de Janeiro, seria a intrainperial. Essa estrutura, redes transimperiais, permitiu que mercadorias, informações e pessoas atravessassem os limites e distâncias geográficas imperiais.

A dimensão extraimperial é a sua primeira fase. Geralmente acontece fora de um império. Dessa forma, os agentes envolvidos na transação estão operando, geográfica e institucionalmente, fora dos limites da sua política. Como resultado, esses agentes são responsáveis pela construção, simbólica e material, do estabelecimento de ligações e de operações que não ficam restritas à economia, o que proporciona um caráter de relações culturais e políticas.

Ambas as dimensões (extra e intra) não podem ser entendidas separadamente, são elementos constitutivos das grandes e poderosas redes de negócios que atravessam diferentes impérios. Os agentes transimperiais, nesse caso os estrangeiros operando em Lisboa, aparecem como o nó de ligação dessa rede. Importante ressaltar que as três dimensões das redes exploradas atuavam com interdependência e articulavam-se marginalmente em função da troca de informação entre as diferentes redes.

As redes transimperiais são constituídas de redes de agentes estrangeiros, os quais eram os importantes elos que instituíram as conexões que atravessavam um império além de seus limites geográficos. O papel dos agentes transimperiais e seus parceiros foi crucial na medida em que eles utilizavam recursos e agências localizados fora e dentro do império para obter benefícios e lucros. Portanto, o agente transimperial liga dois espaços geográficos e institucionais em dois diferentes impérios, ocupando uma posição chave de intermediação entre diferentes mercados. Essas redes, embora liderada por grandes negociantes, incluíam pessoas de diferentes grupos sociais, como os burocratas, artesãos, caixeiros, marinheiros, militares e peões. Assim, a vantagem diferencial desses agentes residia, também, no fato de realizarem conexões entre dois ou

mais impérios, construindo importantes parcerias comerciais que envolviam recursos e agências dentro e fora de seus nichos institucionais.

Um dos instrumentos para a concretização dos negócios era o estabelecimento de uma operacionalização, o que passava pela prática de inúmeras agências. Desde a formalização de uma procuração, ou uma escritura de sociedade, até mesmo a escolha de seu parceiro comercial, tudo passava pela implementação de algum tipo de agência. Um instrumento recorrente e que reduzia o custo de transação durante o estabelecimento de agências era a procuração (COSTA & ROCHA, 2007).

Sabe-se que a presença de informação assimétrica e a racionalidade limitada restringiam as transações na medida em que abriam espaço para a presença do comportamento oportunista. Nesse sentido, a procuração busca padronizar a ação do outorgado, a fim de arrefecer o problema de agência entre as partes envolvidas numa transação. Assim, aquele instrumento jurídico “amarrava” ou pré estabelecia as agências a serem realizadas no outro lado do Atlântico. Outro ponto importante era o estabelecimento de algum tipo de agência entre um agente e um principal que, eventualmente não se conheciam, daí a importância de um instrumento jurídico reconhecido (uma instituição formal) a fim de reduzir as incertezas quanto ao cumprimento das agências por ambas as partes.

A princípio, pode-se imaginar numa subordinação dos agentes transimperiais sobre os que operavam em instituições locais. A respeito do problema de agência envolvido nas redes transimperiais, Leonor Costa e Manuela Rocha apontam que no caso do comércio luso-brasileiro no século XVIII, “as relações principal-agente seguiam diferentes modelos alternativos que, sublinhe-se, não comportavam uma necessária subalternização do agente ao principal” (COSTA & ROCHA, 2007, p.78).

A documentação consultada não revelou nenhum tipo de subalternização entre os agentes envolvidos nas redes transimperiais. Isto pode ser explicado, pois as redes transimperiais, devido às suas grandes dimensões (distância, o montante do capital, o tempo e a importância das informações envolvidas nestas operações), exigiam mais do que um nível elevado de confiança, mas também alguma subjetividade na implementação da agência. Portanto, mesmo com as agências pré-estabelecidas pela procuração, recorria-se à subjetividade para a operacionalização e posterior implementação da agência. Assim, a adaptação da agência ao meio era importante para a concretização dos negócios e, por vezes, o agente saía dos limites estabelecidos a fim de realizar com sucesso a operação determinado pelo principal.

Ao analisar as operações envolvendo uma rede transimperial, percebe-se que elas correm sob ou fora do regime normativo imposto pela Coroa. Assim, as redes transimperiais podem ser divididas em formais e informais. Formais são aquelas que correm dentro do quadro legal imposto pela autoridade estabelecida. Geralmente, este tipo de transação ficava positivada numa procuração ou escritura pública sendo registrada num tabelião. Aquelas que corriam à sombra da lei (contrabando) era uma rede informal. Nesse sentido, as redes transimperiais não se limitavam às operações que passavam pelo centro metropolitano ou autoridades constituídas. As transações que atravessaram os limites formais eram comuns nos portos do Rio de Janeiro, Buenos Aires e Colônia do Sacramento.

Evidentemente que operações legais também ocorriam naquela região. É o caso de diversos homens de negócio lisboetas envolvidos com o tráfico de escravos em Buenos Aires. Por exemplo, Luis Cantofer, quando obtém licença da Coroa Espanhola para introduzir em Buenos Aires 1.000 escravos em embarcações portuguesas, em 13 de junho de 1782.<sup>1</sup> O mesmo procedimento ocorreu em 12 de abril de 1799, com o doutor Antônio Lopes, comerciante de Lisboa, que introduziu 1.000 escravos em Buenos Aires, em embarcações “*neutrales*”.<sup>2</sup>

Os exemplos de redes transimperiais podem ser encontrados, principalmente, nas escrituras de escritos de dívida e procurações envolvendo negociantes estrangeiros radicados em Lisboa, na segunda metade do setecentos. Os ingleses, hamburgueses, italianos, franceses e holandeses atuantes na Praça Lisboeta tinham contatos com inúmeros representantes no exterior, atuando fora da fronteira do império ultramarino português, além, é claro, com os agentes fluminenses. O quadro 1 abaixo faz um resumo dos principais negociantes estrangeiros atuantes em Lisboa e que estavam envolvidos com a economia do Rio de Janeiro no XVIII.

---

<sup>1</sup> Real Academia de História de Madrid, tomo CX, p.228.

<sup>2</sup> Real Academia de História de Madrid, tomo CXIX, p.254.

### Quadro 1 – Origem negociantes estrangeiros de Lisboa atuantes no RJ

Origem	Número de negociantes
Franceses	65
Ingleses	65
Hamburgueses	58
Holandeses	19
Alemães	17
Italianos	17
Espanhóis	7

Fonte: ANTT, CD. Elaboração própria.

Pelo quadro acima, a participação dos ingleses, franceses e hamburgueses destaca-se na economia carioca. Deve-se ressaltar que se está considerando aqueles agentes que o documento faz referência à sua nacionalidade. A fim de aprofundar, no tópico seguinte, identificou-se quais os ingleses que estavam presentes em Lisboa na segunda metade do setecentos e que atuavam na economia carioca.

### 3. Os ingleses de lá mas cá: negociantes britânicos nas tramas cariocas

Nesta parte do artigo pretende-se estudar os negociantes britânicos atuantes em Lisboa com ligações com a economia carioca na segunda metade do setecentos. A principal base documental empregada para a identificação e construção das redes transimperiais foi a amostra de 2.200 procurações/escritos de dívida levantadas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) em Lisboa. A estas são somadas as escrituras de sociedade mercantil e escritos de dívida depositadas no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (AN), no ANTT além da ampla documentação primária levantada no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), *Merseyside Maritime Museum (Liverpool)* e na Real Academia de História de Madrid (RAH).

Infelizmente, não se teve tempo suficiente para um levantamento completo das procurações lisboetas envolvendo o Rio de Janeiro, durante o período 1750-90. Os números das procurações e escrituras depositadas em Lisboa explicam por si só. Apenas no ano de 1750, existe mais de 3.479 escrituras inventariadas no fundo Cartório do Distribuidor. Em 1751 são 3.136, sendo que algumas páginas estavam danificadas, o que elevaria para um número próximo de 3.500 escrituras. As procurações seguem a mesma trajetória numérica. No ano de 1756 existem 1.992 procurações em Lisboa, destas 116 envolvem a economia carioca, ou seja, 6%. Já no ano seguinte foram 2.272 procurações, sendo 157 para a praça carioca, algo em torno de 7%.

A amostra das procurações coletadas no ANTT tomou a seguinte forma. De 1750 a 1755 não se teve acesso à totalidade das procurações devido à falta de informação sobre o local para onde estava sendo dada a procuração. Já de 1756 a 1773, acredita-se que se cobriu boa parte das procurações que envolviam a economia fluminense, uma vez que cada procuração catalogada (no fundo Cartório do Distribuidor) apresentava uma pequena descrição dos seus objetivos e o local. No período posterior (até 1790), realizou-se uma amostra com os tabeliões que geralmente apresentavam maior volume de procurações para o Brasil.

Para onde se endereçavam as procurações feitas nos tabeliões do termo da cidade de Lisboa? Com base nos anos de 1756 e 1757, afora o trabalho empírico de observar mais de 5.000 procurações e escrituras por semana, pode-se auferir que a maioria das procurações era destinada para Lisboa, ou dentro dos limites de Portugal (incluindo as Ilhas), envolvendo as mais diferentes situações (casamentos, cobranças, tenças e etc). Já dentre aquelas endereçadas para o Brasil, 80% iam para o Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais, Bahia e sendo bem dividido entre os três primeiros. Infelizmente, poucas são as procurações/escritos de dívida/sociedades que revelam os valores das cobranças de dívidas ou outras obrigações. Mesmo assim, o volume da amostra coletada mostra que os valores envolvidos passam dos 400 contos de réis. Com isso, foi impossível analisar a totalidade de agentes e de redes mercantis existentes, razão pela qual o exame deteve-se naqueles que aparecem com maior frequência nas procurações.

A fim de aprofundar as principais características, agências e demais peculiaridades que envolviam os agentes e seus negócios, trabalhou-se com a trajetória de alguns ingleses (ou britânicos) que aparecem com maior frequência na documentação. Sabe-se que grandes cabedais eram transacionados ou passavam por grandes casas de negócios estrangeiras em Lisboa. No presente estudo, foram selecionadas, ante sua presença na economia carioca entre 1750-90, as seguintes casas de negócio britânicas em Lisboa: *Purry, Mellish & Devisme; Mayne, Burn & Maynes* e *Elias Perochon & Cia*. Cabe ressaltar que as casas de negócio estrangeiras em Lisboa tinham diversos negócios e parceiros em outras partes do Brasil (principalmente na Bahia e Pernambuco<sup>3</sup>).

---

<sup>3</sup> Cf. Pesavento (2009).

Antes de apontar as peculiaridades, é importante mostrar como se iniciava uma casa de negócio estrangeira em Lisboa. Um exemplo é fornecido pela sociedade entre dois homens de negócios britânicos *Thomas Parr* e *João Bulkeley*. Em escritura de sociedade de setembro de 1761, os sócios montam uma casa de negócio em Lisboa, por sete anos, com a finalidade de comprar e vender fazendas secas (ANTT, 2º cartório antigo de Lisboa, caixa 5, livro 28). Thomas tinha outra casa de negócio (de longa duração) com João Ayres, em Lisboa. Como João morreu, Thomas montou uma nova sociedade com o *Bulkeley*. *Parr* não aparece realizando agências no Rio de Janeiro, porém seu sócio *Bulkeley* enviou quatro procurações para o Rio de Janeiro e Minas Gerais entre 1767-68. Assim, como no Rio de Janeiro do XVIII, a escritura de sociedade mercantil marcava o início de uma relação comercial de maneira formal.

Uma agência interessante entre os negociantes estrangeiros atuantes em Lisboa, quando iam para fora do Reino, era a de deixarem seus negócios com representantes/sócios em Lisboa, caso alguma tragédia ocorresse durante o seu retorno à Inglaterra. Foi o caso *João Crawford*, homem de negócio inglês, de partida para a Inglaterra, que deixou como procurador *Roberto Parley & Cia* (também homem de negócio da Grã-Bretanha), em 1780 (ANTT, 5º cartório A, livro 56). Roberto fica responsável, no caso de morte de João durante a viagem para Londres, por cuidar de seus negócios em Lisboa. Portanto, além de estabelecer um canal de negócios, existia a confiança em deixá-los sob jurisdição legal de um negociante local (neste caso de mesma nacionalidade) caso a morte lhe batesse à porta. Esta agência também era praticada por diversos agentes (homens de negócios ou não) que atuavam em Lisboa. Foi o caso de Martinho de Melo e Castro em maio de 1762. Na oportunidade, Martinho de Melo e Castro era “Ministro na Corte de Londres” (ANTT, Cartório do Distribuidor, notário Ignácio Correa de Souza) e deixou procuração para o Doutor José Pereira e Brito, para responder a qualquer demanda em Lisboa quando de sua ausência.

A maioria das agências realizadas pelos procuradores dos estrangeiros de Lisboa, no Rio de Janeiro, era relacionada à cobrança de dívidas ou mercadorias enviadas (predominantemente fazendas secas) e não pagas. Um aspecto que se destaca na documentação é o fato de que muitos homens de negócio ingleses, como por exemplo *Auriol Dodd*, *Elias Perochon* e *Ambrozio Goddard* aparecem como homens de negócio ingleses (ou britânicos) na década de 1750-60 e posteriormente como homens de negócio lisboetas já na década de 1770-80.

Casas de negócio ou homens de negócio britânicos em Lisboa, envolvidos com a economia do Rio entre 1750-90, somam mais de 50. Novamente, alerta-se que apenas foram considerados aqueles agentes cujo documento faz referência à nacionalidade. Toma-se o exemplo: “João Crawford homem de negócio inglês morador em Lisboa e de partida para Inglaterra” (ANTT, 5º cartório A, livro 56). Considerado os sobrenomes ingleses, porém sem o qualificativo da nacionalidade, este número elevar-se-ia. No entanto, os 50 já demonstram um significativo número de negociantes ingleses envolvidos com a economia carioca, através dos negociantes cariocas ou lisboetas. Porém, mais do que a quantidade, os valores envolvidos demonstram a forte presença dos ingleses nos negócios com o império português e o Rio de Janeiro. Apenas para exemplificar, *Elias Perochon* somava mais de 43 contos de réis em dívidas ativas com negociantes cariocas.

Dentre os diversos negócios que os ingleses operavam em Lisboa, percebeu-se que os empréstimos aparecem com regularidade nas redes transimperiais. Um exemplo é dado em novembro de 1761, quando de um escrito de dívida de 55 contos de réis, no qual Antônio de Abreu Guimarães (morador no Rio de Janeiro e capitão de navios) aparece como devedor para a casa de negócios britânica *Purry, Mellish & Devisme*<sup>4</sup> (ANTT, Cartório do Distribuidor, notário Ignácio Mathias de Melo). Esta casa de negócios é responsável por inúmeros empréstimos a outros importantes negociantes cariocas e brasileiros. Na verdade, David Purry era suíço, mas ao se estabelecer em Lisboa, naturalizou-se inglês. Era considerado o banqueiro da corte portuguesa, alcançando 475.000 cruzados de patrimônio em 1776. Junto com Gerard Devisme, os dois britânicos atuavam na compra e exportação de diamantes em bruto e de madeiras exóticas brasileiras além de outros negócios mundo afora. Os próprios arrendaram o contrato do pau-brasil em 1766. Além de suas “larguíssimas possibilidades financeiras” a casa tinha inúmeros correspondentes no estrangeiro (ARAÚJO, 2003).

Outro devedor dessa casa é Bernardo Gomes da Costa<sup>5</sup>, grande negociante lisboeta e arrematador de inúmeros contratos no Rio de Janeiro, como o do dízimo real em 1770. Naquela oportunidade, novembro de 1761, devia mais de três contos de réis, os quais seriam pagos na próxima frota vinda do Rio de Janeiro. Portanto, os negócios dos ingleses não estavam limitados ao fluxo de bens, mas também a expressões

---

<sup>4</sup> Um pouco sobre a trajetória destes negociantes pode ser encontrada em Araújo (2003).

<sup>5</sup> Sobre Bernardo Gomes da Costa cf. Guimarães & Pesavento (2007).

monetárias sob a forma de empréstimos. Além daqueles negócios, os contratos régios também faziam parte de seus investimentos.

Outras duas casas inglesas atuantes em Lisboa eram *Mayne, Burn & Maynes* e *Elias Perochon & Cia*. Ambas se destacam na cobrança de dívidas a negociantes atuantes na Praça do Rio de Janeiro. Infelizmente não se conseguiu reunir informações sobre a origem e desenvolvimento destas casas britânicas. Mesmo assim, com base na documentação encontrada, pode-se tentar auferir a sua participação na economia fluminense. Um exemplo é a cobrança que faz *Mayne* de João do Couto Pereira (homem de negócio do Rio de Janeiro), em 1758, por uma dívida de fazendas secas que ainda não haviam sido pagas. Nessa oportunidade, os procuradores de *Mayne, Burn & Maynes* eram o familiar do Santo Ofício Manoel Luis Vieira<sup>6</sup>, Manoel Rodrigues Abrantes e Antônio José Diniz. João do Couto Pereira parece ter quitado a dívida, pois em 1761 seu irmão José vai ser procurador dos ingleses no Rio.

As casas de negócio sofriam alterações em seus quadros com alguma regularidade, foi o caso dos sócios da *Mayne, Burn & Maynes*. Duarte Burn sai da sociedade por volta de dezembro de 1764, pois nesse mesmo ano passa uma procuração para Pedro Telmo Lima e outros para, no Rio de Janeiro, realizar diversas agências e cobranças “do que até 30 de junho desse ano se devia a casa da sua sociedade que se chamou *Mayne, Burn e Maynes*” (ANTT, Cartório do Distribuidor, notário Ignacio Mathias de Melo). Portanto, depois de 1764, *Mayne, Burn & Maynes* passa a se chamar *Mayne & Cia*.

Bernardo Gomes Costa, novamente, aparece como devedor da *Mayne, Burn & Maynes*, no valor de 923\$495 réis, por conta de uma dívida atrasada. A amostra revelou que essa casa de negócios tinha mais de 14 contos de réis por conta de dívidas ativas com negociantes fluminenses. Geralmente, eram cobradas dívidas atrasadas em torno de três ou quatro anos, pela compra de fazendas secas, empréstimos ou letras de risco vencidas.

As escrituras catalogadas em Lisboa mostram que *Mayne, Burn & Maynes* tinha outros negócios, como fretamentos e compra e venda de embarcações. Por exemplo, em maio de 1751, a firma compra um navio de *Hugh Wright* (ANTT, Cartório do Distribuidor, notário Manoel Dias do Nascimento) e em seguida o revende para Antônio Ribeiro Neves, José Francisco da Cruz e seu sogro Rafael de Oliveira Braga, em

---

<sup>6</sup> Sobre Manoel Luis Vieira cf. Alden (1954).

novembro do mesmo ano (ANTT, Cartório do Distribuidor, notário Antônio da Silva Freire). Lamentavelmente, não se localizaram os valores das transações, mas se sabe que Antônio Ribeiro Neves & Cia fizeram uma escritura de obrigação em Lisboa, em dezembro de 1750, com Joaquim José Simões (ANTT, Cartório do Distribuidor, notário Teodozio José de Castro).

Interessante perceber os desdobramentos dos negócios e suas articulações entre Lisboa e o Rio de Janeiro. Por exemplo, Rafael de Oliveira Braga comprou em sociedade com Antonio Ribeiro Neves, em novembro de 1751, (ANTT, Cartório do Distribuidor, notário Antônio da Silva Freire) uma embarcação de *Mayne, Burn & Maynes* em Lisboa. No entanto, Rafael também tinha negócios no Rio, uma vez que em junho de 1763, seu primo Manoel Ferreira Braga (mercador de retrozes em Lisboa e depois homem de negócio em Lisboa) manda para o Rio o seu procurador Antônio de Araújo Alves & Cia, para cobrar e haver tudo o que pertencer a Rafael, no Rio de Janeiro (ANTT, 2º cartório, livro 562, caixa 119).

Este exemplo mostra que os negócios de uma rede transimperial podem acarretar em inúmeros desdobramentos. Estes desdobramentos e interseções entre as redes intra e extraimperiais são exemplos da dinâmica e das diferentes formas os negócios tomavam no Atlântico durante o século XVIII. Outro exemplo de venda de embarcação realizado por *Mayne* foi a compra de um bergantim francês por Raimundo Pinto de Carvalho, pela quantia de 311\$000 réis, em outubro de 1761 (ANTT, Cartório do Distribuidor, notário Roberto Soares da Silva).

*Mayne* não estava limitado ao circuito Inglaterra-Lisboa-Rio de Janeiro. Ele operava numa rede que englobava também *Liverpool* (Inglaterra), através do importante comerciante envolvido no comércio de escravos *William Davenport*. Segundo consta na documentação inglesa depositada no *Merseyside Maritime Museum (archives of William Davenport: 1725-97, p.6 verso)*, *Mayne* aparece como sócio de *Davenport* no tráfico de escravos, assim como cobrava, em Lisboa, os devedores do negociante inglês.

O funcionamento do tráfico em que *Davenport* atuava foi descrito num documento pertencente ao mesmo fundo (p.75) datado de 7/02/1761. Nele aparecem as instruções para o capitão do navio *Tyrrell* pegar “16 casks of holland brandy, 1976 galons, 400 gallons of French or Spanish brandy, 940 galons of run with a few necessaries galons of vinegar go to Old Calibar, North Chappmell (...) and you to purchases as many slaves as you can carry!” Depois a embarcação deveria seguir para Guadalupe e entrar em contato com o senhor Gio Homem.

No fim deste documento, assinam John Mayne, James Gildart, William Davenport, C. Davenport, W. Gardinar, W. Heys e W. Sandford. Importante destacar, portanto, que esta rede acabava por conectar diferentes impérios (próprio de uma rede transimperial), pois interligava importantes praças mercantis (Liverpool, Lisboa, África e América espanhola e portuguesa) através do tráfico de escravos, crédito e mercadorias, afora as outras transações de compra e venda.

No mesmo fundo, um documento datado de 13/11/1762, mostra o custo e a receita de um carregamento de escravos que trouxe 260 cativos, sendo 117 homens, 34 mulheres, 68 meninos e 41 meninas. A venda rendeu £12125.18.9 e o custo foi de £10683.16.10. Trazendo 10 mil libras para valor presente, facilmente pode passar da casa do milhão de libras. Não por acaso que existia um *pool* de negociantes no “investimento”, visto o risco e os valores envolvidos. No mesmo documento aparece a venda de “269 negroes imported in the ship Tyrrell from Callibar in the proper seco.t risque of Maine (...) in Liverpool.” Cabe ressaltar que a venda de escravos, em solo inglês, não era uma prática comum.<sup>7</sup> Na lista aparecem os compradores em Liverpool (todos ingleses) e o preço dos escravos. Por exemplo, uma escrava adulta valia 31 libras, já o adulto atingia o preço de 33 libras.

Outro ponto importante, que demonstra as relações transimperiais e a ligação de *Mayne* com a praça carioca é a análise dos devedores da *Mayne* no Rio. Entre eles se destacam:

1. Miguel Fernandes Guimarães e seu irmão Bento Fernandes Guimarães, os quais deviam a quantia de 4:584\$635 réis em 1764, por conta de dívida feita em 1760. Ambos eram assistentes no Rio e procuradores de outras casas britânicas em Lisboa como a *Matheus Carret & Cia* e *Auriol, Dodd & Bonifaz*.
2. José Francisco Viana & Cia deviam 3:762\$850 réis em 1764, por conta de dívidas realizadas em 1760 e 1761. José aparece como morador no Rio em 1763, mas antes representou Constantino Gonçalves Reis (HNLX) na mesma cidade, em 1759.
3. Bernardo José Alvares e Manoel Afonso Chaves deviam 4:919\$580 réis em 1764, por conta de dívida contraída em 1760. Eram assistentes no Rio em 1763 e em 1766 aparecem como homens de negócio no Rio.

---

<sup>7</sup> Cf. <http://www.slavevoyages.org/tast/index.faces>.

Bernardo e Manoel vão representar (no Rio) homens de negócio de Lisboa, como Manoel Antônio de Faria Ayrão e Alexandre Antônio Bom.

*Elias Perochon & Cia* era outra casa britânica em Lisboa que se destacava no volume de transações com negociantes brasileiros. Além de compra e venda de embarcações, faziam fretamentos de navios para diversas partes dentro e fora do império português. Suas cobranças somam mais de 43 contos de réis no Rio de Janeiro e entre seus devedores figuram grandes homens de negócio tais como Domingos Lopes Loureiro, Cosme Damião, José Gonçalves Pena, Antônio Luis Peixoto e Domingos Mendes de Souza. Só José Gonçalves Ferreira devia mais de nove contos de réis, em fevereiro de 1756 (ANTT, Cartório do Distribuidor, notário Teotônio Ribeiro de Melo).

Um aspecto importante é a diversificação dos negócios, além dos limites imperiais portugueses, dessas casas estrangeiras atuantes em Lisboa, pois suas redes de negócios não se limitavam às transações entre o país de origem e o império ultramarino português. Um exemplo é dado em 1757, quando *Elias Perochon & Cia* cobram dívidas de negociantes atuantes em Madrid e Buenos Aires (ANTT, 9º A cartório antigo, livro 550, caixa 92), por mercadorias não pagas.

Um ponto fundamental para a operacionalização de uma rede mercantil são seus articuladores, dentro e fora do império ultramarino português. Um primeiro exemplo é dado pela atuação de José Mendes de Oliveira (morador no Rio de Janeiro) como procurador de inúmeras casas inglesas lisboetas no Rio de Janeiro. Em 1760, José Mendes de Oliveira deveria cobrar dívidas e realizar diversas agências para atender os negócios dos ingleses no Brasil. O mesmo procurador vai representar *Gerard Devisme*, no Rio de Janeiro, em 1774, a fim de cobrar e haver dívidas, créditos, dinheiros, bens, além de fazer uma execução de uma carta executória contra Antônio José de Oliveira Porto e seu sócio.

A partir do exemplo de José Mendes de Oliveira, percebe-se uma característica comum de outros procuradores de estrangeiros no Rio de Janeiro, qual seja, a ascensão social. José aparece como morador do Rio de Janeiro em 1760, ao passo que em 1771, já é homem de negócio lisboeta e em 1774, aparece como homem de negócio do Rio de Janeiro. Essa ascensão social pode ser explicada uma vez que José representa importantes homens de negócio estrangeiros atuantes em Lisboa no Rio de Janeiro tais como os alemães *Pedro Lang* e *Pedro Jacob Hazenclever*, o inglês *Daniel Hoissard*, os

hamburgueses *Ludero Ilhius & Cia*, além dos lisboetas *José Despie* (filho do homem de negócio francês radicado em Lisboa, *Luis Despie*) e Manoel Antônio Pereira (ambos cavalheiros da Ordem de Cristo).

A amostra revela que entre 1756 a 1774, José Mendes de Oliveira recebeu mais de 17 procurações, sendo 16 (94%) de homens de negócios. Isto parece indicar um grau de confiança, já que a sua reputação provavelmente era boa, na medida em que realizava bons préstimos nas suas idas ao Rio. Daí outra importante característica dos procuradores de estrangeiros atuantes na região fluminense, a confiança e o zelo no cumprimento das agências incumbidas. A mostra revela que o bom préstimo nas agências garantia o prosseguimento da relação entre outorgante e outorgado na realização de futuros negócios ou agências. Geralmente, o agente era afastado da rede que atuava quando descumpria ou exercia um má administração, quebrando a confiança entre as partes. Foi o caso de Manoel Luis Vieira que sofreu um processo devido à má gestão do contrato dos subsídios das aguardentes e do azeite doce em 1764 (AHU, avulsos RJ, caixa 72, doc.6598).

Interessante perceber que Manoel aparece em mais de 25 procurações entre 1758 a 1764. Justamente no ano do processo de má administração do contrato régio, 1764, Manoel deixa de figurar como outorgado nas procurações. Manoel só volta a aparecer em procurações em 1769, quando da resolução de seu processo.

Outro agente que representava ingleses no Rio de Janeiro com frequência foi Francisco Ferreira Guimarães & Cia (assistentes no Rio de Janeiro com casa de negócio na mesma cidade). Ele foi o procurador de *Elias Perochon* no Rio de Janeiro. Era o responsável por cobrar e haver a seu poder tudo o que lhe pertencer de qualidade e quantidade, sejam dívidas, carregações, efeitos e demais agências. Interessante notar que Francisco vai ser procurador de outras casas britânicas (como a *Pedro Lucas & Cia*) e de diversos homens de negócio de Lisboa (incluindo contratadores) aparecendo em mais de 16 procurações entre 1756 e 1769.

A ascensão de Francisco é nítida, pois em 1756 é assistente no Rio, em 1761 aparece com uma casa de negócio na praça carioca e, em 1763, como homem de negócio do Rio de Janeiro. Ele aparece envolvido com o comércio na África, através dos negociantes lisboetas Domingos Dias da Silva (Ordem de Cristo) e José Alvares Bandeira, ambos contratadores do contrato de saída dos escravos de Angola.

Quando se analisa a trajetória de Francisco, percebe-se diversos aspectos reveladores de sua ascensão social naquela economia, o que auxilia no presente estudo.

A primeira procuração de Francisco representando *Elias* no Rio de Janeiro foi passada em fevereiro de 1756. Naquela oportunidade, Francisco deveria “cobrarem e haverem a seu poder todas as suas dividas de dinheiro, efeitos, fazendas e tudo o mais que seu for” (ANTT, 3º cartório antigo, livro 1, caixa 1).

Logo em seguida, em julho de 1756, Francisco comprou uma casa térrea na rua do Carneiro, por 1:650\$000 réis, do familiar do Santo Ofício e do importante homem de negócio do Rio de Janeiro, Domingos Rebelo Pereira (AN, 1º ofício de notas, livro 127). Em lista de 1758 (FLORENTINO, 2005) Francisco aparece como comerciante e traficante de escravos novos que fizeram petição em 11/02/1758. Em março desse mesmo ano, Francisco representa novamente *Elias Perochon & Cia* no Rio de Janeiro. Naquela oportunidade, deveria “cobrar e haver a seu poder tudo o que lhe pertencer de qualidade e quantidade dividas, carregações, efeitos, ...” (ANTT, 9º A cartório antigo, livro 559, caixa 93).

Entre 1761 e 1764 Francisco aparece como credor de dois empréstimos no Rio de Janeiro e em novembro de 1761 representa Francisco Peres de Souza, grande contratador lisboeta (8º A cartório, livro 22, caixa 4). Em 1772 empresta 4,5 contos além da compra de uma sumaca. Francisco representa importantes homens de negócio e realiza diversos negócios no Rio de Janeiro. Esses dados revelam a ascensão e o crescimento dos negócios de Francisco naquela economia, demonstrando que os procuradores dos estrangeiros no Rio ampliavam sua inserção nos negócios. Importante lembrar que Francisco Ferreira Simões & Cia também devia a outros negociantes lisboetas. Entre eles, *Darrot Irmãos & Cia* (franceses), *Alberto Borchers & Cia* (Inglese) e Geraldo Pereira Bessa, que era credor de Francisco de 800\$000 réis, em 1766.

Ao contrário da *Purry, Mellish & Devisme*, a *Mayne, Burn & Maynes* tinha diversos procuradores no Rio, mas Antônio Ribeiro de Avelar (assistente e depois homem de negócio do Rio de Janeiro) e Antônio dos Santos (assistente no Rio) estão sempre entre seus principais representantes. Estes também eram representantes de Domingos de Freitas Guimarães (homem de negócio lisboeta) e Henrique Casamayor (homem de negócio inglês com casa de negócio em Lisboa) no Rio de Janeiro.

Um desdobramento interessante é o fato dos procuradores dos estrangeiros cederem créditos a negociantes/agentes da praça carioca. Foi o caso<sup>8</sup> de Antônio Ribeiro

---

<sup>8</sup> Segundo consta na amostra de escrituras de dívida e obrigação (ou dinheiro a juros) levantadas no NA cf. Pesavento (2009).

de Avelar, José do Couto Pereira, Antônio dos Santos, Francisco Ferreira Guimarães, Agostinho de Faria Monteiro, Domingos Rebelo Pereira, Manoel Barboza dos Santos e Antônio Gonçalves de Oliveira. Estes, por sua vez, concediam empréstimos no Rio de Janeiro para outros agentes, o que parece caracterizar uma rede transimperial de endividamento-financiamento. Capitais vindos de negociantes estrangeiros em Lisboa engendraram uma cadeia de endividamento, na medida em que além dos empréstimos diretos a negociantes cariocas, seus procuradores também emprestavam. Além disto, parece que ocorria um financiamento, não só a partir dos homens de negócios portugueses atuantes em Lisboa, mas também de outras nações.

### **Conclusão**

Diante desses resultados, pode-se auferir algumas conclusões sobre o envolvimento dos negociantes “estrangeiros” na economia fluminense. Primeiramente, percebe-se que os estrangeiros utilizavam quase sempre os mesmos procuradores no Rio de Janeiro. Exceção quando a composição da companhia se alterava, ou os procuradores não contavam com a confiança devida, principalmente no caso de má conduta nos negócios. De uma maneira geral, os representantes dos estrangeiros no Rio de Janeiro ascendiam socialmente, isto é, passavam de assistentes para homens de negócio do Rio de Janeiro (o que fica mais claro quando da análise individual de alguns negociantes).

Os dados sugerem confirmar a idéia de Jorge Pedreira de que poucos portugueses atuavam no comércio internacional, já que estes estavam mais ligados aos trâmites dentro do império, sendo por isso o controle dos estrangeiros no comércio internacional em Lisboa (PEDREIRA, 1996). A presença de estrangeiros no Rio (via crédito ou negócios fazendas) chama a atenção para o vulto que ganha a economia fluminenses na segunda metade do Setecentos, mostrando que as relações não estavam limitadas ao Império Ultramarino Português.

A principal idéia que se pretendeu passar é a de que as transações econômicas envolvendo a praça carioca não se limitavam ao império ultramarino, uma vez que negociantes estrangeiros, atuantes em Lisboa, tinham negócios com homens de negócios do Rio de Janeiro. Isso se dava através não só da reexportação de produtos brasileiros, mas também da concessão de crédito e do comércio de fazendas secas.

Por fim, os resultados mostram o papel ativo de agentes ingleses atuantes em Lisboa e revela que as transações não se restringiam aos limites institucionais de um império, mas sim a pujança da fronteira entre os impérios, o que parece ter sido de

fundamental importância para o funcionamento da economia Atlântica durante o século XVIII.

## REFERÊNCIAS

ALDEN, Dauril. Manoel Luís Vieira: An entrepreneur in Rio de Janeiro during Brazil's eighteenth century agricultural renaissance. *The Hispanic American Historical Review*, n.4, nov.1954, p.521-37.

ARAÚJO, Agostinho Rui Marques. Das riquezas do Brasil aos gastos e gostos de um suíço em Lisboa: David de Purry, um amigo de Pombal (1709-1786). *Revista da Faculdade de Letras*, I série, v.2, 2003, p.109-137.

COSTA, Leonor & ROCHA, Maria Manuela. Remessas do ouro brasileiro: organização mercantil e problemas de agência em meados do século XVIII. *Análise Social*, vol. XLII (182), 2007, pp.77-98.

FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla M. de C.; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá (org.). *Conquistadores e negociantes: história de elites no antigo regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_; et alli, (org). *Nas rotas do império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: Edufes; Lisboa: ICT, 2006.

FLORENTINO, Manolo. *Tráfico, cativo e liberdade: Rio de Janeiro séculos XVII –XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel; PESAVENTO, Fábio. Os contratadores e os contratos do Rio de Janeiro: estudo de uma sociedade mercantil. IN: CHAVES, Claudia Maria das Graças; PEDREIRA, Jorge. *Tratos e contratos: actividades, interesses e orientações dos investimentos dos negociantes da praça de Lisboa (1755-1822)*. *Análise Social*, vol. xxxi, 1996, p. 355-379.

PESAVENTO, Fábio. *Um pouco antes da Corte: a economia do Rio de Janeiro na segunda metade do Setecentos*. PPG-UFF, Niterói, 2009. Tese de doutoramento.

\_\_\_\_\_; PRADO, Fabrício. *Beyond the Portuguese Atlantic: Trans and Extraimperial Networks in Eighteenth-Century Lisbon, Rio de Janeiro, Rio de la Plata, and London*. 2009, prelo.

PRADO, Fabrício. *In the Shadows of Empires: Transimperial Networks and Reform in Late Colonial Rio de la Plata*. Atlanta: Emory University, 2009. Tese de Doutorado. (prelo)

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c.1650 –c.1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

## Anexo

**Quadro 2 – Ingleses presentes em Lisboa com negócios no Rio de Janeiro século XVIII**

Negociante	Sócio(s)	Escritura*	Agências, negócios	Volume (contos)
1.Ambrozio Goddard	Jackson Branfill	3 procurações 1 venda bergatim	Embarcações e empréstimos	10,6
2.André Morrogh	Connolly	2 procurações 5 fretamentos	Fretamentos, carregamento para RJ	N.I.
3.Auriol Dodd	Bonifaz e Carlos Dodd	7 procurações (Angola)	Empréstimos	0,9

		1 escrito de dívida		
4. Benjamim Whiting	Thomas Whiting	5 procurações	Empréstimos	0,3
5. carlos smith	João Wrigley	3 procurações	Fazendas	0,7
6. Clerk & hunter		1 procurações	Diversas agências	N.I.
7. Cornell e Hornes		1 procuração (Lagos)	Cobrar dívidas	0,2
8. Cristovão Hake		1 procurações 1 venda corveta	Embarcações e fazendas	N.I.
9. Daniel Hoissard		3 procurações	Empréstimo	N.I.
10. Diogo Grotte		1 procurações	Diversas agências	N.I.
11. Duarte Burn	John Mayne	5 procurações 3 vendas 4 escritos de dívida	Cobrar dívidas, embarcações, empréstimos, fazendas	15,0
12. Duarte French		1 procurações	Cobrar dívida	1,2
13. Elias Perochon		4 procurações 1 obrigação 1 fretamento 10 escritos de dívida	Cobrar dívidas antigas, embarcações, fazendas e empréstimos	43
14. Francisco Arbouin	Foley	3 procurações (LONDRES)	Diversas agências	N.I.
15. Francisco Morgan		2 procurações	Empréstimos	1,6
16. Gerard Devisme	David Purry e Mellish	2 procurações 2 escritos de dívida	Cobrar dívidas	58,5
17. Guilherme Armitage		3 procurações	Empréstimos	N.I.
18. Guilherme Stepfers	Stert, Clarche	2 procurações	Cobrar dívida	1,7
19. Henrique Casamayor		1 procuração	Cobrar dívida	N.I.
20. João Ayres		1 procuração 1 fretamento	Cobrar dívida e fretamento	N.I.
21. João Crawford		2 procurações (Lisboa)	Negócios na casa da Índia	1.920 £
Continua				

Continuação				
22. João Daniel de Bruyn	Jautard	1 procuração	Diversas agências	N.I.
23. João Legay		1 procuração	Diversas agências	N.I.
24. João Stubs		1 procuração	Diversas agências	N.I.
25. Jorge Thomas Brulckeley		2 procurações	Cobrar dívida	1,6
26. Leonardo		1 procuração	Cobrar dívidas e	N.I.

Darell			realizar diversas agências	
27. Luis Arnaldo Majendie		4 procuração (Espanha) 2 escritos de dívida	Cobrar dívidas e realizar diversas agências	0,2
28. Matheus Carret		3 procurações	Cobrar dívidas e realizar diversas agências	N.I.
30. Pedro Garnault	Pedro Garnault Júnior e João Garnault	2 procurações	Cobrar dívidas e realizar diversas agências	N.I.
Pedro Lucas	Guilherme Lucas e Pedro Lucas Filho	5 procurações	Cobrar dívidas e realizar diversas agências	N.I.
Raimundo Burrel	Thomas Dea	5 procurações	Cobrar dívidas e realizar diversas agências	N.I.
Roberto Pasley	João Pasley	2 procurações	Cobrar dívidas e realizar diversas agências	6,7
Samuel Ayslabie		1 procuração	Cobrar dívidas e realizar diversas agências	N.I.
Samuel Montaignut		1 procuração	Cobrar dívidas e realizar diversas agências	N.I.
Tempest Milner		1 procuração	Cobrar dívidas e realizar diversas agências	N.I.
Teotonio Goodall		2 procuração	Cobrar dívidas e realizar diversas agências	1,1
Thomas Horne		1 procuração	Cobrar dívidas e realizar diversas agências	N.I.
Thomas Lenon		1 procuração 1 venda	Cobrar dívidas e embarcações	N.I.
Thomas Parr	João Bulkeley João Ayres	1 procuração 1 sociedade	Cobrar dívidas e sociedade	N.I.

Fonte: Cartório do distribuidor e diversos cartórios de Lisboa, ANTT. N.I.: não identificado.\*todas para o RJ ou indicada ao contrário.